

**Texto original:**

BERGER, D. The Abolitionist Logic of “Everyone for Everyone”. **JewishCurrents**, 1 dez. 2023. Disponível em: <<https://jewishcurrents.org/the-abolitionist-logic-of-everyone-for-everyone>>.

Tradução autorizada por Dan Berger.

Traduzido por Margarida Nogueira.

## **A lógica abolicionista de “todos por todos” Dan Berger**

Um vídeo mostra [adolescentes palestinos](#) em Ramallah recém libertos das prisões de Israel desembarcando dos ônibus da Cruz Vermelha e abraçando em lágrimas suas mães em meio a milhares de pessoas que aplaudem. [Noutro vídeo](#), Ohad Munder, de nove anos – que foi feito refém pelo Hamas junto de sua mãe e avó – pula para os braços do seu pai, a alegria palpável à medida que o pai levanta seu filho do chão. Estas cenas de júbilo e alívio circularam amplamente desde 24 de novembro quando, após sete semanas de uma agressão militar que [matou](#) pelo menos 15 mil palestinos, Israel e Hamas concordaram num [cessar-fogo de quatro dias](#), que foi estendido para três dias antes expirar esta manhã<sup>1</sup>. O acordo original, que entrou em vigor sexta-feira, baseou-se numa troca de pessoas confinadas, todas mulheres e crianças: o Hamas libertaria 50 reféns capturados durante o ataque de 7 de outubro em troca de 150 palestinos encarcerados por Israel. Cada uma das prorrogações subsequentes, com a duração de um dia, dependia de

---

<sup>1</sup> Nota da tradução (NT): “Esta manhã” diz respeito a 28 de novembro, dia em que terminaria o cessar-fogo de quatro dias mencionado no ensaio – que foi publicado no dia 1º de dezembro de 2023.

novas trocas; 105 reféns e 240 presos palestinos foram libertados durante este período.

Estes acordos temporários e frágeis, apesar de bem-vindos, são apenas a casca de uma proposta mais robusta apresentada a Israel semanas atrás – uma que traça um caminho para uma visão de mudança mais rigorosa. Em 28 de outubro – à medida em que Israel cortava a internet e eletricidade de Gaza após duas semanas de bombardeamentos aéreos que já mataram mais de sete mil pessoas – os representantes dos familiares que tiveram pessoas feitas reféns pelo Hamas abordaram Benjamin Netanyahu com uma exigência [simples](#): “Todos por todos”. O governo israelense, disseram os familiares, deve aceitar os termos colocados pelo Hamas e libertar mais de cinco mil palestinos que se encontram nas suas prisões em troca de centenas de reféns. “Seu primeiro e único compromisso é retorná-los todos para casa”, um dos representantes [afirmou](#) ao governo de Israel. “Todos por todos, e não importa o preço”.

O governo rejeitou liminarmente a proposta. O ministro da defesa de Israel, Yoav Gallant, rejeitou a ideia da troca de presos como “jogos psicológicos”. Numa frase reveladora, ele disse que libertar reféns é apenas “parte da vitória” que Israel procura – uma vitória que oficiais de Israel têm descrito como sendo a [erradicação do Hamas](#), [a destruição da infraestrutura de Gaza](#), e a [expulsão de palestinos do território](#). Ainda que a formulação de Gallant sublinhasse o fato de que assegurar a libertação de israelenses cativos e nacionais estrangeiros existe num campo mais amplo de prioridades estatais, o governo de Israel utilizou os reféns como justificção central para a sua crescente agressão em Gaza. “Quanto maior a pressão, maiores as chances [de reaver com sucesso os reféns]”, [declarou](#) Netanyahu às famílias, telegrafando a posição do Estado de que o militarismo é a única rota segura para a segurança judia. Para exercer essa “pressão”, Netanyahu consolidou um corpo político [previamente fraturado](#) através da formação de uma [“unidade de governo”](#) para prosseguir uma [“guerra longa”](#). No entanto, logo no início, o primeiro-ministro recusou a proposta do

## A lógica abolicionista de “todos por todos”

Hamas para um cessar-fogo em troca de alguns dos reféns, continuando a campanha de bombardeamento que o Hamas [alegou](#) já ter matado dezenas de reféns, e cujas famílias [já apontaram](#) ameaçar as vidas dos outros reféns.

Embora seja, no imediato, mais uma exigência pragmática do que uma injunção para uma transformação total, “todos por todos” propõe uma alternativa vital ao roteiro estatal – rejeitando a vontade do governo de sacrificar reféns não apenas como dano colateral na atual guerra de Israel, mas também na busca dos objetivos mais vastos de morte e deslocação de palestinos. Devolver israelenses e palestinos encarcerados para suas respectivas comunidades não desmantela a estrutura do apartheid israelense. Ainda assim, ao afirmar um programa de desencarceramento em massa, as famílias dos reféns perfuraram os recintos do discurso cívico israelense, trazendo para o cenário a possibilidade de libertação coletiva para os presos palestinos. Neste apelo urgente de pessoas desesperadas pela volta de seus entes queridos, podemos localizar uma visão abolicionista multiforme, um caminho fora do quadro de soma zero em que a segurança de alguns é mobilizada como justificção para o dano de outros. Dentro de um sistema colonial que insiste que a vida é descartável, a proposta colocada pelas famílias dos reféns contém a semente de uma sociedade radicalmente transformada – uma que concede, nas palavras da abolicionista prisional Ruth Wilson Gilmore, que “onde a vida é preciosa, a vida é preciosa”.

A catividade é uma [parte constitutiva](#) da vida dos palestinos sob ocupação. Antes do ataque do Hamas a 7 de outubro, Israel encarcerou mais de 5,200 mil palestinos – a maioria deles residentes da Cisjordânia e Jerusalém Oriental – em duas dúzias de [prisões e centros de detenção](#). Alguns residentes da Cisjordânia estão presos devido à [ordem militar](#) ainda em vigor implementada após a Guerra de 1967, que efetivamente criminalizou atividades cívicas (ex. encontros de mais de dez pessoas sem autorização, distribuição de materiais políticos, exibição de bandeiras) como “ações de incitamento e propaganda hostil”. Atualmente, existem centenas de [ordens militares](#) que criminalizam

## Dan Berger

qualquer ato que possa ser construído como resistência à ocupação. Este excesso de atividades ilegalizadas para palestinos autoriza o encarceramento em massa. De acordo com uma [estimativa](#) das Nações Unidas, um milhão de palestinos já foram presos por Israel, “incluindo dezenas de milhares de crianças”. Um em cada cinco palestinos, e dois em cada cinco homens palestinos, já foram [presos](#) em algum momento das suas vidas e, em 2021, mais de 100 crianças palestinas [enfrentaram](#) até 20 anos na prisão por atirarem pedras.

Nem todos aqueles que são detidos são acusados de algo. Israel recorre frequentemente e cada vez mais à “[detenção administrativa](#)”, uma [reliquia](#) da era do Mandato Britânico, que permite o encarceramento indefinido sem acusação ou julgamento, aparentemente com o objetivo de recolher provas. A detenção administrativa foi uma característica do apartheid na [África do Sul](#) e foi usada para reprimir a oposição no [Egito](#), na [Inglaterra](#), na [Índia](#), nos [Estados Unidos](#), e noutros locais, especialmente no contexto dos programas anti-imigração e de “contraterrorismo”. “Desde março de 2002, não houve um mês em que Israel não mantivesse pelo menos 100 palestinos em detenção administrativa”, denota a organização de direitos humanos [B'Tselem](#); frequentemente, o número é maior. Antes do 7 de outubro, mais de 20% dos presos palestinos estavam detidos administrativamente; 233 dos 300 palestinos na lista de libertação de Israel negociada na semana passada eram presos administrativos, notou o jornal [Al Jazeera](#). De acordo com a organização de presos palestinos [Addameer](#), existem [relatos](#) de espancamentos, ameaças, revistas íntimas e negação de cuidados de saúde e contatos com as suas famílias. Os palestinos [atualmente encarcerados](#), assim como aqueles [libertados](#) recentemente, relatam que as condições pioraram desde 7 de outubro. Entretanto, enquanto se procede à libertação de presos, Israel continua a aumentar as detenções: até terça-feira, [180 prisioneiros palestinos foram libertados](#) como parte da troca de cessar-fogo, mas durante o mesmo período [Israel prendeu palestinos num ritmo praticamente](#)

## A lógica abolicionista de “todos por todos”

[igual](#). Atualmente, mais de 7 mil palestinos estão [presos](#) em prisões de Israel.

Em nenhum lugar o regime carcerário de Israel é mais claro do que em Gaza, a área de 365km<sup>2</sup> frequentemente [descrita](#) como uma “prisão a céu aberto”. Os residentes de Gaza, atualmente estimados em 2,2 milhões de pessoas – 80% dos quais são refugiados ou descendentes de refugiados que foram forçados a fugir às expulsões em massa que rodearam a fundação do Estado de Israel, que os palestinos chamam de Nakba – estão cercados por um bloqueio terrestre, aéreo e marítimo desde 2006. Tal como os palestinos encarcerados em prisões israelenses, que durante anos fizeram [greves de fome](#), [protestos](#), e [escreveram](#) cartas sobre os [horrores do encarceramento](#), os habitantes de Gaza têm lutado arduamente contra seu confinamento. Em 2018-2019, realizaram protestos semanais não violentos na fronteira sob o nome da [Grande Marcha do Retorno](#). Israel respondeu com uma violência brutal, assassinando 260 pessoas e ferindo outras 20 mil, muitas das quais ficaram permanentemente incapacitadas. Uma semana após o início do atual ataque de Israel em Gaza, Ahmed Abu Artema, um dos cofundadores da Grande Marcha do Retorno, [escreveu](#) um apelo apaixonado ao *The Nation*, apelando ao mundo que “nos ajude a derrubar o muro, a acabar com nosso aprisionamento, e a concretizar os nossos sonhos de libertação”. A 24 de outubro, um ataque aéreo israelense feriu gravemente Artema e matou cinco membros da sua família, [incluindo seu filho de 13 anos](#).

É precisamente nestes contextos de assimetria radical que encontramos a história da tomada de reféns: no último meio século, combatentes com poucos recursos da [Palestina](#) ao [Brasil](#), passando pelos [Estados Unidos](#) e por aí fora, recorreram a reféns para obter vantagem política. Os militantes, cujas próprias vidas não são valorizadas pelos poderes que enfrentam, capturam aqueles cujas vidas assumem ser mais valiosas. Esta estratégia é frequentemente bem sucedida em alterar os termos da conversa – afirmando os sequestradores, anteriormente descartados, como atores políticos cujas

exigências têm de ser negociadas. Mas a mesma dinâmica que leva militantes a tomar reféns é a razão pela qual a tática falha com tanta frequência: O Estado-prisão fundamentalmente desvaloriza a vida e, em última instância, poderá sacrificar reféns para preservar o seu domínio. Autoridades de Israel [já o disseram](#). “Temos de ser cruéis agora e não pensar muito sobre os reféns”, [afirmou](#) o ministro das finanças, Bezalel Smotrich, numa reunião do gabinete quando Israel lançou a sua guerra.

Este enigma ocupou um lugar central na luta armada anti-imperialista em finais da década de 1960 e durante 1970. Em 1970, Jonathan Jackson, de 17 anos, tomou como reféns um juiz, um procurador distrital, e três jurados num tribunal da Califórnia numa tentativa de libertar os prisioneiros negros, incluindo seu irmão mais velho [George Jackson]. No entanto, a presença de reféns não impediu os guardas prisionais de abrir fogo sobre Jackson, paralisando um refém e resultando na morte de outro enquanto matavam Jackson e dois de seus camaradas. Em 1971, os presos na prisão estatal de Attica, em Nova Iorque, tomaram 39 guardas como reféns com [um conjunto de exigências](#) que visavam “o fim destas prisões”. Quando as tropas do estado de Nova Iorque retomaram a prisão após uma rebelião de quatro dias, mataram 29 presos e 10 reféns. No ano seguinte, militantes palestinos do Setembro Negro tomaram atletas israelenses como reféns durante as Olimpíadas em Munique num esforço para libertar centenas de presos palestinos, assim como dois revolucionários alemães presos; a recusa do governo de Israel em negociar juntamente com a missão de resgate falhada das autoridades alemãs, resultou no assassinato de todos os reféns pelos militantes. Em 2014, após o soldado israelense Hadar Goldin ser dado como desaparecido durante uma invasão a sul da Faixa de Gaza, o exército israelense promulgou a “[diretiva Hannibal](#)” – uma medida controversa, em vigor até 2016, especificando que “sequestros devem ser interrompidos por quaisquer meios, mesmo sob o preço de atacar e ferir nossas próprias forças” –, disparando contra a área onde Goldin foi visto pela última vez. Pouco depois, Goldin foi declarado morto. Aqueles que fazem reféns apostam que a vida dos seus cativos

## A lógica abolicionista de “todos por todos”

será mais valorizada do que a sua própria. Mas o Estado-prisão aposta tudo na preservação do seu domínio.

Os reféns podem atrair a atenção para uma causa e mudar temporariamente as condições de abordagem, mas eles não podem trazer uma mudança de paradigma de modo a que a vida dos sequestradores – ou a vida em geral – se torne valiosa. No contexto do colonialismo de Israel, isto significa que a tomada de reféns pode trazer para o cenário de atenção internacional os palestinos presos (de facto, em 2004, o Hezbollah assegurou [a libertação](#) de 400 palestinos presos após ter feito um coronel refém; em 2011, o Hamas assegurou a libertação de mil presos palestinos numa troca por Gilad Shalit, um soldado israelense que foi mantido em Gaza por cinco anos), mas não pode alterar o quadro dominante do Estado de Israel: onde o sionismo equipara a segurança judaica com o Estado de Israel, insistindo que apenas um estado étnico poderoso pode manter judeus em segurança, reforça a ideia de que a segurança judaica está iminentemente ameaçada. Deste ponto de vista, a proliferação de presos palestinos é compreendida, no melhor dos casos, como uma consequência infeliz de uma estrutura necessária. Joe Biden apoiou esta posição quando [disse](#) que “sem Israel, não existe um judeu no mundo que esteja seguro”. É uma ameaça mascarada de promessa, com o objetivo de reforçar a ilusão de que o Estado de Israel é necessário para prevenir outro Holocausto, e mantendo judeus num estado constante de medo.

No entanto, a segurança não é algo que pode ser alcançado perpetuamente através da fortificação de fronteiras. A segurança é uma série de relações sociais. A visão abolicionista de segurança, como as organizações estadunidenses antiprisionais *Critical Resistance* e *INCITE: Women of Color Against Violence* [definiram](#) numa [declaração](#) em 2001, está “baseada num compromisso coletivo para garantir a sobrevivência e cuidado de todas as pessoas”. Ao insistir que a segurança é necessariamente um projeto coletivo – e que a segurança de alguns à custa de outros não é, de fato, segurança nenhuma – o abolicionismo insiste em que levemos a segurança a sério, tanto nos seus próprios

termos, mas também porque as soluções carcerárias e militaristas prevalecem quando estruturas alternativas de cuidado comunitário se atrofiam. O abolicionismo oferece uma orientação por uma mudança transformacional – uma que aborde a raiz do problema em vez do alívio temporário e parcial dos sintomas. “A segurança real nunca pode ser comprada às custas dos direitos e dignidade humanos”, [escreve](#) a ativista Kay Whitlock. Em vez disso, é encontrada na “interdependência que nos permite derrubar a cidadela do privilégio, estabelecendo no seu lugar uma fundação vivificante de amor e justiça curativa”. O abolicionismo não é apenas sobre dismantelar o estado carcerário – dispensando as estruturas de dominação e punição autorizadas em nome da segurança – mas também sobre desenvolver infraestruturas que permitam que as pessoas vivam e floresçam, respondendo a necessidades materiais como comida, abrigo e cuidados de saúde, assim como outros bens de ordem maior como dignidade e segurança.

Na sua visão mais abrangente, “todos por todos” pode ser lido como um apelo abolicionista – uma maneira de pensar sobre segurança assente na solidariedade e mutualidade que surge a partir de circunstâncias aterradoras e precárias. É ao mesmo tempo uma exigência pragmática que atende as necessidades imediatas assegurando a libertação de cativos – tanto de Israel como da Palestina – assim como um apelo amplo a um horizonte político que não recorre à captura. Todos por todos alcança instintivamente um tipo de ligação que é incomensurável com o estado étnico: apenas juntos conheceremos a segurança. [Todos por todos] valida as exigências de longa data dos presos palestinos, ao mesmo tempo que insiste que a libertação é possível em conjunto; de fato, é o único caminho.

As imagens dos presos que regressam oferecem-nos um vislumbre da justiça das comunidades restauradas. Quando Ohad Munder se agarra ao pai, quando [Anwar Atta](#) e o seu primo Mourad Atta se avistam no ônibus que sai da prisão de Ofer, antes de serem abraçados pela multidão reunida nas ruas de Ramallah, a justiça de um mundo sem encarceramento afirma-se com uma clareza retumbante. Não há dúvida



## A lógica abolicionista de “todos por todos”

de que estes vislumbres são parciais e desiguais – “ainda temos medo de ser felizes e, ao mesmo tempo, não temos vontade de ser felizes por causa do que está acontecendo em Gaza”, [disse](#) Sawsan Bkeer, cuja filha de 24 anos estava entre os presos palestinos libertados. À medida que o cessar-fogo termina e se dá o [recomeço](#) da “longa guerra” por parte de Israel, o apelo de “todos por todos” parece cada vez mais fraco; ainda assim, é a única forma de sair da confusão em que esta carnificina – dos últimos dois meses, do último século – nos deixou. [Nas palavras](#) das ativistas populares Rachel Herzling e Mariame Kaba, “Nunca haverá um dia em que os céus se abram e os anjos cantem, ‘abolição!’. No entanto, trabalhar para dismantlar o Estado-prisão e para assegurar a segurança mútua nos oferece um vislumbre de conexão que, nesta hora tardia, continua a ser a nossa melhor esperança para o futuro. Todos por todos.